

LIMA, Maria Nazaré de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador, EDUNEB, 2015.

Maurício Silva¹

Maria Nazaré de Lima - professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e autora do livro em questão - possui doutorado em Letras e Linguística e mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tendo atuado como pesquisadora de um grupo dedicado à pesquisa na área da Crítica Cultural (Pós-Crítica), desenvolve projeto destinado à Formação de Professores/as em educação das relações étnico-raciais, cujo objetivo principal é potencializar a história e a cultura afro-brasileira no currículo da escola básica. Esse é, também, o tema principal de seu livro *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*.

O estudo das relações étnico-raciais na escola - sob a perspectiva da linguagem como *discurso* (Foucault), com particular atenção para o conceito de *identidade* (Hall) - é o objeto deste livro. A autora, pesquisadora do assunto, destaca especialmente a atuação do CEAFFRO (programa de educação para igualdade racial e de gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais, Unidade de Extensão da Universidade Federal da Bahia), no processo de formação de professor.

Desse modo, Maria Nazaré de Lima propõe analisar essa questão, refletindo sobre o uso das linguagens no espaço escolar e partindo do princípio de que escola e sociedade estão visceralmente vinculadas, motivo pelo qual, ao se pensar as relações étnico-raciais na escola, está-se, na verdade, pensando-as na sociedade como um todo, e vice-versa.

Para a autora, na sociedade brasileira, a convivência entre diferentes etnias é atravessada por relações assimétricas, hierarquizadas e etnocêntricas, com a história das minorias sendo apagadas e inferiorizadas. Como agravante dessa situação, afirma: “nossa formação escolar ensina pouco, ou quase nada, a respeito da nossa diversidade cultural” (p. 18). Desse modo, o que é negado em nossa formação cultural acaba, igualmente, sendo negado na escola, que passa a difundir a cultura considerada hegemônica: “a imposição cultural de origem eurocêntrica passa pela abordagem curricular da escola básica e faz com que grupos e povos, dentre estes os/as negros/as, fiquem invisibilizados e inferiorizados, porque submetidos a padrões hegemônicos, geralmente considerados como os únicos a serem valorizados” (p. 24).

Segundo a autora, as diferenças culturais tornam-se, nesse contexto, motivo para desigualdades e exclusões, sobretudo da população negra, o que se verifica nos conteúdos, práticas, metodologias, materiais

¹ Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação na Universidade Nove de Julho (São Paulo). E-mail: maurisil@gmail.com

didáticos e currículo escolares, necessitando-se, como contraponto dessa situação, de uma outra formação de professores, além de mudanças nos currículos. Essa é uma exclusão de responsabilidade do Estado brasileiro, que legisla sobre a educação no país, resultando, entre outras coisas, no racismo institucional.

Considerando que “as práticas sociais e culturais negras precisam se tornar objeto de estudo cotidiano na escola” (p. 35), a autora discute o tema das identidades (apoia-se, sobretudo, na tese das *identidades múltiplas*, de Stuart Hall), em conexão com as práticas educativas e, em especial, com o currículo. Além disso, mobiliza a noção de cultura (a partir da ideia de *identidades culturais híbridas*), a fim de pensar a sociedade e a escola brasileiras. Impõe-se, nesse contexto, um processo de resistência, com o intuito de preservar o legado cultural africano, e de luta, contra a exclusão e a discriminação.

Relacionando o tema à educação, mais propriamente, a autora lembra que “a educação contribuiu para que o etnocentrismo se fizesse vitorioso” (p. 54), motivo pelo qual se faz necessário um investimento nessa área, como forma de combate a esse mesmo etnocentrismo: “é evidente que as relações raciais no Brasil estão intimamente ligadas à educação, de modo que os movimentos negros consideram relevantes e têm investido na reversão do racismo, representado pela discriminação, preconceito e etnocentrismo, a partir da sua relação com a educação, seja em espaços formais, não formais ou informais” (p. 55).

Daí Maria Nazaré de Lima tratar, mais especificamente, da formação de professores e alunos, com destaque para o papel das linguagens nesse processo, já que toma a linguagem, em sua abordagem discursiva, como “um espaço que desvela esses conflitos, e o discurso enquanto dimensão onde constituições identitárias se constroem por intermédio de narrativas de que as pessoas participam cotidianamente” (p. 58). Cabe, nesse sentido, uma crítica aos Cursos de Licenciatura, insuficientemente contemplados com a abordagem de questões próprias às relações étnico-raciais. Nesse contexto, completa, as narrativas dos sujeitos implicados no contexto escolar (sobretudo professores e alunos) tornam-se elementos fundamentais para a compreensão das ideologias e práticas exercidas no espaço escolar, já que “a linguagem media e institui modos de ser, de viver e de conviver, revelando, também, intolerâncias, discriminações, preconceitos e racismos” (p. 63).

Assim, já que o discurso é uma prática social, falar sobre o racismo torna-se uma prática apropriada para a conscientização dessas questões no contexto da escola. A autora descreve, portanto, sua experiência com os/as professores/as da rede municipal de ensino de Salvador (BA), a partir da ação do CEAFFRO, sempre considerando que “ao narrar suas vivências, concepções sobre a educação das relações étnico-raciais, os professores e professoras se modificam e se inserem no movimento de valorização das pessoas negras, que durante tanto tempo se restringia a uma ação exclusiva dos militantes em luta pela reversão do racismo” (p. 70). Partindo da concepção foucaultiana de discurso, com destaque para as implicações ideológicas nele contidas, a autora investiga - no contexto acima especificado - a formação de professores/as na perspectiva étnico-racial, passando pela produção de material didático, pela implantação da interdisciplinaridade, pela escolha de metodologias de formação etc., sempre no sentido de não culpabilizar os/as professores/as, mas inserindo-os/as num contexto mais amplo, em que a escola reflete aspectos presentes na sociedade.

Finalmente, reconhecendo - a partir da experiência analisada - que os/as professores/as não se

encontram preparados/as para exercer uma educação antirracista, a autora destaca a importância do papel da Formação para esse professorado, na medida em que ela “implica a constituição de pontes dialógicas multirreferenciais, onde e quando conhecimentos sobre a história e cultura do negro e conhecimentos e experiências pedagógicas são articulados na construção de um outro conhecimento, implicado com a realidade social, especificamente, desvendando e lidando com conflitos raciais e de gênero na vida e na escola, assim como investindo e participando de uma das formas possíveis de sua superação” (p. 117).

Sem se apresentar como um livro absolutamente original sobre o assunto, trata-se, contudo, de uma boa obra para leitura, para quem procura uma abordagem que, ao eleger a linguagem como base teórica, foge às análises “puramente” sociológicas e/ou históricas da questão.